

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de **Insumos de Roçadeiras para atender às necessidades das SECRETARIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS e OBRAS E SUBPREFEITURAS**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico: Lei Federal nº 14.133/21, art. 28, inciso I.
1.4	Período:	Sistema de Registro de Preços para 12 meses.
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 14.133/21, art 33, inciso I.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO;

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD
.01 EXCLUSIVA	356080	CARRETEL DE NYLON, POLIMATIC MANUAL COM TAMANHO DA ROSCA DE 10MM	UN	500
.02 EXCLUSIVA	356080	CARRETEL DE NYLON, POLIMATIC MANUAL COM TAMANHO DA ROSCA DE 12MM	UN	500
.03 EXCLUSIVA	356080	PRATO GIRATÓRIO DE PROTEÇÃO, COM FURO DE 13MM, TRADICIONAL	UN	200

.04 EXCLUSIVA	356080	PRATO GIRATÓRIO DE PROTEÇÃO, COM FURO DE 16MM, TRADICIONAL	UN	200
.05 EXCLUSIVA	458449	VELA DE IGNIÇÃO M-14, PARA ROÇADEIRAS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, PERFURADORES DE SOLO, MOTOSERRAS, WLAKMMACHINES, ETC	UN	500
.06 PRINCIPAL	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES 2 TEMPOS À GASOLINA, VISCOSIDADE SAE 30, API TC, PARA USO EM ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE APROXIMADAMENTE 500 ML	UN	2.250
.07 RESERVADA	467401	ÓLEO LUBRIFICANTE MINERAL PARA MOTORES 2 TEMPOS À GASOLINA, VISCOSIDADE SAE 30, API TC, PARA USO EM ROÇADEIRAS E MOTOSERRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA DE APROXIMADAMENTE 500 ML	UN	750
.08 PRINCIPAL	283563	ROLO DE FIO DE NYLON, QUADRADO, COM 3MM DE ESPESSURA, BOBINAS COM APROXIMADAMENTE 2 KG	UN	375
.09 RESERVADA	283563	ROLO DE FIO DE NYLON, QUADRADO, COM 3MM DE ESPESSURA, BOBINAS COM APROXIMADAMENTE 2 KG	UN	125
.10 PRINCIPAL	348075	LÂMINA DE CORTE PARA ROÇADEIRA, 2 FACAS(2 PONTAS), EM AÇO CROMO COM 355X1,8MMX25,4MM, APROXIMADAMENTE	UN	4.500
.11 RESERVADA	348075	LÂMINA DE CORTE PARA ROÇADEIRA, 2 FACAS(2 PONTAS), EM AÇO CROMO COM 355X1,8MMX25,4MM, APROXIMADAMENTE	UN	1.500
.12 PRINCIPAL	348075	LÂMINA DE CORTE PARA ROÇADEIRA, 2 FACAS(2 PONTAS), EM AÇO CROMO COM 355X1,8MMX20MM, APROXIMADAMENTE	UN	2.250

.13 RESERVADA	348075	LÂMINA DE CORTE PARA ROÇADEIRA, 2 FACAS(2 PONTAS), EM AÇO CROMO COM 355X1,8MMX20MM, APROXIMADAMENTE	UN	750
------------------	--------	---	----	-----

2.1 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.2 Por se tratar de contratação via Sistema de Registro de Preços, considera-se que o prazo de vigência da contratação é de um ano, contados a partir da data de assinatura da ATA, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2 Tal aquisição se faz necessária para atender as necessidades das SECRETARIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS e SUBPREFEITURAS, através do Almoxarifado Central.

3.3 O quantitativo solicitado é uma estimativa para suprir as demandas pelo período equivalente a 12 meses.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2 O certame se dará via Pregão Eletrônico, com menor preço por item, por se tratar de itens de natureza divisível, em conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e Decreto Municipal 1942/2023.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os materiais devem ser entregues em embalagens originais, em bom estado de conservação, apresentando de forma clara e legível a marca e a descrição técnica.

5.2 Alguns itens, possuem prazo de validade, e os mesmos devem ser respeitados, o material deve ter no mínimo de 6 meses de validade, no ato da entrega

5.3 Os itens serão requisitados e entregues de acordo com as demandas e necessidades apresentadas pelo Almoxarifado Central.

5.4 Não será admitida a subcontratação do objeto.

6. DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1 O fornecimento será efetuado de acordo com a demanda no endereço abaixo, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.

Nome do requisitante:

ALMOXARIFADO CENTRAL

Endereço:

**Endereço: Rua Clarindo da Rosa Teixeira, nº 130 - área A -
Conselheiro Paulino - Nova Friburgo – RJ.**

Horário de entrega:

**Horário de entrega: de segunda à sexta-feira
das 09:00 horas às 14:00 horas.**

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7 Não será admitida a subcontratação do objeto.

7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. Conforme planilha abaixo:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Fabiana Pereira Martins	063.017	Gestor titular
Luciana Brantes dos Santos Lima	100.286	Gestor Substituto
Nilton Leopoldino da Costa	000.691	Fiscal titular
Luciano Satilio	199.192	Fiscal Substituto

7.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

7.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

7.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.12 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.13 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

8.1.1	Elemento de Despesa:	33.90.30-52
8.1.2	Fonte de Recurso:	170500000020 – Royalties Estaduais
		08.002.04.122.00012.002 Manutenção dos
8.1.3	Programas de Trabalho:	Serviços Administrativos e Apoio à Execução dos Programas

8.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

CNPJ: 28.606.630/0001-23

ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ,

CEP: 28613-001.

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas

neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- ✓ Negativa de Débitos Trabalhistas;
- ✓ Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- ✓ FGTS;
- ✓ PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- ✓ Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- ✓ Estadual CND – referente ao ICMS.

10.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial de eventual contrato;
- b) der causa à inexecução parcial de eventual contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total de eventual contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falso ou prestar declaração falsa durante a execução de eventual contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução de eventual contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o licitante der causa à inexecução parcial de eventual contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - iv) Multa:
 - (1) moratória de 0,5% por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;
 - (2) moratória de 0,5 % por dia de atraso injustificado sobre o valor total, nos casos de eventual contrato, até o máximo de 30 % pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- * O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção de eventual contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- (3) compensatória de 15% sobre o valor total de eventual contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município do licitante, além da perda desse valor, a

diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- i) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- j) as peculiaridades do caso concreto;
- k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- l) os danos que dela provierem para o Município;
- m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou eventual Contrato a ser celebrado, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.9 O Município deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

11.11 Os débitos do licitante para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de contratos administrativos que o licitante possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

12.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Nova Friburgo, 16 de março de 2023.

Responsável pela elaboração:

Luciana Brantes dos Santos Lima

Assistente Administrativo

Mat.: 100.286

De acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

Mat.: 62.775